

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
BANCO DO BRASIL S.A.
DIRETORIA DE GOVERNO

FCO
FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE

RELATÓRIO DE GESTÃO DO 1º SEMESTRE DE 2014

Brasília (DF) - 2014



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

BANCO DO BRASIL S.A.

FCO
FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE

RELATÓRIO DE GESTÃO DO 1º SEMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2014

Gerência de Fundos e Programas
Divisão de Administração de Fundos e Programas Federais

Brasília (DF) – 2014



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. APRESENTAÇÃO	7
3. COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	7
4. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	9
4.1. Origem dos Recursos	10
5. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO 1º SEMESTRE DE 2014	11
5.1. Orçamento previsto x realizado.....	11
6. DESEMPENHO OPERACIONAL DO FUNDO	11
6.1. Prioridades Gerais, Setoriais e Espaciais	11
6.2. Contratações nos municípios do Nordeste Goiano	22
6.3. Contratações da linha de financiamento de desenvolvimento dos setores comercial e de serviços.....	22
6.4. Financiamentos de custeio, aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoque para vendas.....	23
6.5. Contratações por programa, porte e UF	25
6.6. Contratações por programa e UF	26
6.7. Contratações por porte, programa e UF	26
6.8. Contratações com beneficiários que obtiveram financiamento pela 1 ^a vez	28
6.9. Repasse de recursos para outras instituições.....	28
7. SITUAÇÃO DA DEMANDA	30
8. SITUAÇÃO DA CARTEIRA DE FINANCIAMENTOS	33
8.1. Financiamentos por programa e UF	33
8.2. Financiamentos por porte e UF	33
8.3. Financiamentos por risco de crédito.....	34
8.4. Financiamentos por vencimento.....	34
9. RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS.....	35
9.1. Reprogramação de dívidas no âmbito do FCO Empresarial	35
9.2. Prorrogação de dívidas no âmbito do FCO Rural	35
10. CONCLUSÃO	36



LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

ABC – Agricultura de Baixo Carbono

BB – Banco do Brasil S.A.

CDE – Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e do Distrito Federal

CEDRS - Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável

CMN – Conselho Monetário Nacional

CONDEL/SUDECO – Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

CONVIR – Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural

DOU – Diário Oficial da União

EI – Empreendedores Individuais

FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ILPF – Integração Lavoura-Pecuária-Floresta

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MGE – Médias e Grandes Empresas

MI – Ministério da Integração Nacional

MPE – Micro, Pequenas e Pequeno-Médias Empresas

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PAPRA – Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária

PDCO – Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste

PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário

PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional

PROCERA - Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAF-RA – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Reforma Agrária

RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

SUDECO – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste

UF – Unidade Federativa



Lista de Tabelas e Anexos

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Tabela 1 – Recursos Previstos para o exercício	10
Tabela 2 – Recursos previstos para o exercício por UF e Setor.....	11
Tabela 3 – Realização da previsão orçamentária	11
Tabela 4 – Contratações do Pronaf por UF	12
Tabela 5 – Empregos gerados no âmbito do Pronaf.....	12
Tabela 6 – Contratações do Pronaf RA.....	13
Tabela 7 – Projetos de apoio aos mini e pequenos produtores rurais, aos empreendedores individuais e às micro e pequenas empresas	13
Tabela 8 – Projetos voltados à preservação e recuperação do meio ambiente.....	17
Tabela 9 – Projetos do setor de turismo	18
Tabela 10 – Projetos que contribuem para a redução das desigualdades regionais	19
Tabela 11 – Contratações na Ride	20
Tabela 12 – Contratações por Tipologia da PNDR e UF	21
Tabela 13 – Contratações no Nordeste Goiano	22
Tabela 14 – Contratações na Linha Comercial e de Serviços	22
Tabela 15 – Contratações na Linha Comercial e de Serviços em assistência ao setor de serviço de saúde	23
Tabela 16 – Limites/tetos para financiamentos de Custeio, Aquisição de Insumos e/ou Matéria-Prima e Formação de Estoques para Vendas junto a empreendedores individuais, mini/micro e pequenos e pequeno-médios tomadores	23
Tabela 17 – Financiamentos para Custeio, Aquisição de Insumos e/ou Matéria-Prima e Formação de Estoque para Vendas junto a empreendedores individuais, mini, micro e pequenos e pequeno-médios tomadores.....	24



Tabela 18 – Contratações por Programa, Porte e UF.....	25
Tabela 19 – Contratações por Programa e UF.....	26
Tabela 20 – Contratações por Porte e Linha de Financiamento.....	27
Tabela 21 – Contratações por Porte e UF	27
Tabela 22 – Contratações com novos beneficiários	28
Tabela 23 – Contratações com Instituições Operadoras do Repasse por Programa/Porte.....	29
Tabela 24 – Projetos que contribuem para a redução das desigualdades regionais	30
Tabela 25 – Contratações com Instituições Operadoras do Repasse por Tipologia	30
Tabela 26 – Propostas Contratadas e Não atendidas por UF	31
Tabela 27 – Propostas Contratadas e Não atendidas por Programa e Porte.....	31
Tabela 28 – Motivo de não atendimento de demandas por UF.....	32
Tabela 29 – Motivo de não atendimento de demandas por Programa	32
Tabela 30 – Saldos por programa e UF.....	33
Tabela 31 – Saldos por porte e UF.....	33
Tabela 32 – Carteira por risco	34
Tabela 33 – Saldos vincendos e vencidos (por parcelas)	34
Tabela 34 – Inadimplência por Risco (por parcelas).....	34
Tabela 35 – Saldos vencidos (Inad 90)	35



1. INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão do 1º Semestre de 2014 foi elaborado em atendimento ao artigo 15 inciso V, e artigo 20 da Lei 7.827, de 27 de setembro de 1989.

O Relatório busca demonstrar os resultados alcançados e o desempenho dos recursos do Fundo durante o 1º semestre de 2014 e o estado dos recursos e aplicações do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) ao final do semestre.

Em função da apresentação de algumas Tabelas em R\$ milhões e R\$ mil, o resultado de cálculos aritméticos poderá apresentar, embora muito raramente, divergências decorrentes de arredondamentos.

2. APRESENTAÇÃO

O FCO foi criado pela Lei n.º 7.827/1989, que regulamentou o artigo 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal de 1988, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região Centro-Oeste, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o respectivo Plano Regional de Desenvolvimento.

A área de abrangência do FCO é restrita à região Centro-Oeste, integrada pelos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e pelo Distrito Federal. De acordo com o IBGE, a região conta com 467 municípios.

De acordo com o art. 6º da Lei 7.827/1989, os recursos do FCO são provenientes das seguintes fontes:

- a) 0,6% (seis décimos por cento) do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e provenientes de qualquer natureza (IR) e do imposto sobre produtos industrializados (IPI);
- b) retornos e resultados das aplicações;
- c) resultado da remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados, calculada com base em indexador oficial;
- d) contribuições, doações, financiamentos e recursos de outras origens, concedidos por entidades de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras; e
- e) dotações orçamentárias ou outros recursos previstos em lei.

3. COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

Conforme art. 13 da Lei 7.827/1989, a administração do FCO é exercida conjuntamente pelo Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco), Ministério da Integração Nacional (MI) e Banco do Brasil S.A. (BB), observadas as atribuições previstas na legislação.

Ao Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste, cabe:

- a) estabelecer, anualmente, as diretrizes, prioridades e programas de financiamento do Fundo, em consonância com o respectivo Plano Regional de Desenvolvimento;
- b) aprovar, anualmente, até o dia 15 de dezembro, os programas de financiamento do Fundo para o exercício seguinte, estabelecendo, entre outros parâmetros, os tetos de financiamento por mutuário;
- c) avaliar os resultados obtidos e determinar as medidas de ajustes necessárias ao cumprimento das diretrizes estabelecidas e à adequação das atividades de financiamento às prioridades regionais; e



- d) encaminhar o programa de financiamento para o exercício seguinte, a que se refere o item b), juntamente com o resultado da apreciação e o parecer aprovado pelo Colegiado, à Comissão Mista permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, para conhecimento e acompanhamento pelo Congresso Nacional.

O Ministério da Integração Nacional é responsável por:

- a) estabelecer as diretrizes e orientações gerais para aplicação dos recursos, de forma a compatibilizar os programas de financiamento com as orientações da política macroeconômica, das políticas setoriais e da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR;
- b) repassar ao Banco do Brasil os recursos transferidos para o Fundo pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN; e
- c) estabelecer diretrizes para repasse de recursos do Fundo para aplicação por outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen.

O Banco do Brasil tem como atribuições:

- a) aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito de acordo com os programas aprovados pelo Condel/Sudeco;
- b) definir normas, procedimentos e condições operacionais próprias da atividade bancária, respeitadas, dentre outras, as diretrizes constante do programa de financiamento aprovado pelo Condel/Sudeco;
- c) analisar as propostas em seus múltiplos aspectos, inclusive quanto à viabilidade econômica e financeira do empreendimento, mediante exame da correlação custo/benefício, e quanto à capacidade futura de reembolso do financiamento almejado, para, com base no resultado dessa análise, enquadrar as propostas nas faixas de encargos e deferir créditos;
- d) formalizar contratos de repasses de recursos para outras instituições credenciadas como agentes financeiros do Fundo;
- e) prestar contas sobre os resultados alcançados, desempenho e estado dos recursos e aplicações ao MI e ao Condel/Sudeco; e
- f) exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos, à recuperação dos créditos e a renegociação de dívidas, de acordo com as condições estabelecidas pelo CMN.

No desenvolvimento das atribuições de administrador do Fundo, o BB exerce, entre outras, as seguintes atividades:

- a) controle financeiro, orçamentário e contábil do Fundo;
- b) prestação de contas ao Tribunal de Contas da União (TCU);
- c) prestação de informações gerenciais ao Condel/Sudeco, MI, e outros órgãos públicos federais e estaduais;
- d) elaboração da programação anual de aplicação dos recursos;
- e) elaboração semestral de relatórios de atividades e resultados obtidos;
- f) publicação do balanço semestral;
- g) normatização interna das diretrizes para aplicação dos recursos;
- h) elaboração de literatura para divulgação da programação ao público interno e externo;
- i) acompanhamento e manutenção das normas operacionais;
- j) elaboração e acompanhamento das cláusulas, instruções e metodologias financeiras;
- k) registro de repasses nas contas de recursos do Fundo;
- l) enquadramento das cartas-consultas às normas do Fundo;
- m) representação do Fundo junto a órgãos de desenvolvimento estadual;
- n) relacionamento com entidades representativas dos segmentos produtivos e dos trabalhadores;



- o) acolhimento e análise de cartas-consultas;
- p) análise da viabilidade técnica e econômica de projetos;
- q) estudo e deferimento das operações;
- r) formalização dos contratos;
- s) acompanhamento das operações;
- t) acompanhamento e controle de operações inadimplidas;
- u) negociação para recuperação de dívidas;
- v) campanhas publicitárias para divulgação do Fundo e promoção de eventos ligados aos setores produtivos da Região.

Anualmente, o Banco do Brasil S.A. elabora a proposta de aplicação dos recursos para o exercício seguinte com base nas diretrizes da Lei 7.827/1989 e em consonância com o Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PDCO).

Na formulação da proposta, o Banco observa, ainda, as diretrizes e orientações gerais fixadas pelo MI e as diretrizes e prioridades fixadas pelo Condel/Sudeco. Até o dia 30 de setembro de cada ano o BB encaminha ao MI, a proposta de programa de financiamento e até dia 30 de outubro proposta de aplicação de recursos, para análise.

4. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Programação do FCO para 2014 foi elaborada pelo Banco do Brasil e aprovada pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco), em consonância com:

- a) as diretrizes estabelecidas no art. 3º da Lei n.º 7.827/1989;
- b) as diretrizes e as orientações gerais estabelecidas pelo MI (Portaria n.º 379, de 15.08.2013, publicada no DOU de 19.08.2013);
- c) as diretrizes e as prioridades estabelecidas pelo Condel/Sudeco (Resolução n.º 015, de 06.09.2013, publicada no DOU de 16.09.2013);
- d) a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR);
- e) o Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PDCO); e
- f) as contribuições dos Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e do Distrito Federal (CDE).

Os financiamentos com recursos do Fundo são segmentados por Programas e Linhas de financiamentos, conforme a seguir:

Programa de FCO Empresarial de Apoio aos Empreendedores Individuais (EI) e às Micro, Pequenas e Pequeno-Médias Empresas (MPE):

- Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial para MPE;
- Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica para MPE;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MPE;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MPE; e
- Linha de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação para MPE.

Programa de FCO Empresarial para Médias e Grandes Empresas (MGE):

- Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial para MGE;
- Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica para MGE;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MGE;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MGE; e



- Linha de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação para MGE.

Programa de FCO Rural:

- Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural;
- Linha de Financiamento à Agropecuária Irrigada;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural (Convir);
- Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC):
 - Modalidade 1: Conservação da Natureza; e
 - Modalidade 2: Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF);
- Linha de Financiamento de Retenção de Matrizes na Planície Pantaneira;
- Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura;
- Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca; e
- Linha Especial de Financiamento para Adequação do Sistema de Produção Pecuário na Região de Fronteira;

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar Reforma Agrária (Pronaf RA) – Planta Brasil.

Programa de FCO para Repasse:

- Programa de FCO Empresarial para Repasse; e
- Programa de FCO Rural para Repasse.

4.1. Origem dos Recursos

De acordo com a Programação do FCO para 2014, o montante de recursos previstos para aplicação no exercício de 2014 é de R\$ 4.961,1 milhões, com origem nas fontes a seguir discriminadas:

Tabela 1 - Recursos previstos para o exercício
(R\$ milhões)

Origem	Valor
Repasses do Tesouro Nacional ⁽¹⁾	2.206,0
Retornos de financiamentos ⁽²⁾	2.956,0
Resultado operacional ⁽³⁾	136,8
Disponibilidades ao final do exercício anterior ⁽⁴⁾	137,7
Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores ⁽⁵⁾	(475,5)
Total	4.961,1

Fonte: Programação do FCO para 2014

Notas:

(1) previsão de repasses do Tesouro Nacional correspondente à projeção da STN;

(2) previsão de retornos de parcelas de financiamentos (amortizações/liquidações);

(3) previsão de receitas e despesas do Fundo;

(4) disponibilidades apuradas em 31.12.2013;

(5) parcelas de operações contratadas em exercícios anteriores, ainda pendentes de liberação.



A Tabela a seguir apresenta as estimativas de aplicações dos recursos do FCO, para o exercício de 2014, por UF e Setor:

Tabela 2 - Recursos previstos para o exercício por UF e Setor

Setor	DF		GO		MS		MT		R\$ Mil Região
	Valor	% em relação à UF	Valor	% em relação à UF	Valor	% em relação à UF	Valor	% em relação à UF	
Empresarial	754.092	80,0%	719.364	50,0%	570.530	50,0%	719.364	50,0%	2.763.350
Rural	188.523	20,0%	719.364	50,0%	570.530	50,0%	719.364	50,0%	2.197.781
Total	942.615	100,0%	1.438.728	100,0%	1.141.060	100,0%	1.438.728	100,0%	4.961.132

Fonte: Programação do FCO para 2014

5. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO 1º SEMESTRE DE 2014

5.1. Orçamentos previsto x realizado

No 1º semestre de 2014, foram realizados 119,1% dos recursos previstos para o 1º semestre de 2014 (R\$2.541,7 milhões), conforme Tabela a seguir:

Tabela 3 – Realização da previsão orçamentária

(R\$ milhões)

Origem	Previsto Exercício 2014	Previsto 1º Semestre 2014	Realizado 1º semestre 2014	(%)
Repasses do Tesouro Nacional	2.206,0	1.073,6	1.089,4	101,5
Retorno de Financiamentos	2.956,0	1.329,0	1.755,0	132,0
Resultado Operacional	136,8	68,4	-6,4	(9,4)
Disponibilidades ao Final do Exercício Anterior	137,7	137,7	137,7	100,0
Recursos comprometidos a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores	(475,5)	(475,5)	(434,0)	91,3
Total	4.961,1	2.133,3	2.541,7	119,1

Posição: 30.06.2014

Fonte: Caderno de Informações Gerenciais/Programação do FCO para 2014

6. DESEMPENHO OPERACIONAL DO FUNDO

6.1. Prioridades Gerais, Setoriais e Espaciais

Para efeito de aplicação dos recursos do FCO para o exercício de 2014, foram consideradas prioritárias as atividades, propostas pela Sudeco, com base nas sugestões das UFs e aprovadas pelo Condel/Sudeco (Resolução n.º 015, de 06.09.2013, publicada no DOU de 16.09.2013). A seguir destacamos os resultados alcançados, no 1º semestre de 2014, no atendimento às atividades consideradas prioritárias:

- projetos de apoio à agricultura familiar, incluídos os beneficiários da Política de Reforma Agrária, aos mini e pequenos produtores rurais, aos empreendedores individuais e às micro e pequenas empresas, suas cooperativas e associações;



Projetos de apoio à agricultura familiar

O Pronaf tem por finalidade promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares. O Programa oferece apoio financeiro às atividades exploradas com emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

• Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)

No 1º semestre de 2014, o FCO financiou 3.517 operações do Pronaf, com investimento total de R\$ 195,8 milhões, conforme a Tabela a seguir, por Unidade da Federação:

Tabela 4 – Contratações do Pronaf por UF

(R\$ mil)

Contratações	DF	GO	MS	MT	Total
Quantidade	43	1.338	574	1.562	3.517
Valor	1.927	64.821	20.806	108.248	195.802

Posição: 30.06.2014

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

O Estado de MT destacou-se pela maior quantidade de empreendimentos financiados ao abrigo do Pronaf, com a realização de 1.562 operações, correspondentes a 44,4% do total das operações contratadas (3.517) e pela aplicação de R\$ 108,2 milhões, o que corresponde a 55,3% do valor total contratado no Programa no 1º semestre de 2014 (R\$ 195,8 milhões).

O demonstrativo a seguir apresenta a estimativa da quantidade de postos de trabalho gerados ou mantidos em decorrência dos financiamentos realizados com recursos do FCO, no âmbito do Pronaf:

Tabela 5 – Empregos gerados no âmbito do Pronaf

Empregos	DF	GO	MS	MT	Total
Diretos	138	4.776	1.483	8.298	14.695
Indiretos	215	7.326	2.372	12.275	22.188
Total	353	12.102	3.855	20.573	36.883

Posição: 30.06.2014

Fonte: Caderno de Informações Gerenciais – Banco do Brasil

• Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar Reforma Agrária (Pronaf RA) – Planta Brasil

Os valores previstos em cada UF para o Pronaf RA são aplicados de acordo com a demanda apresentada no Programa, até o percentual estabelecido no art. 7º da Lei n.º 9.126, de 10.11.1995 (10% dos recursos do FCO para financiamento a assentados e a colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, aprovados pelo INCRA). Cabe aos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) definir sobre as famílias beneficiárias



do Programa Nacional de Crédito Fundiário do Governo Federal (PNCF) aptas a receber os financiamentos.

No 1º semestre de 2014, o FCO financiou 1.125 operações contratadas no Pronaf RA, num montante de R\$ 18,0 milhões, com destaque para o Estado do MS que apresentou a maior quantidade de operações contratadas (72,2%) e o maior volume de financiamentos (73,0%).

Tabela 6 – Contratações do Pronaf-RA

(R\$ mil)

Contratações	DF	GO	MS	MT	Total
Quantidade	22	123	812	168	1.125
Valor	440	1.453	13.146	2.978	18.017

Posição: 30.06.2014

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Projetos de apoio aos mini e pequenos produtores rurais, empreendedores individuais e às micro e pequenas empresas, suas cooperativas e associações

A Tabela a seguir apresenta as quantidades e os volumes contratados em projetos de apoio aos mini e pequenos produtores rurais, aos empreendedores individuais e às micro e pequenas empresas no 1º semestre de 2014.

Tabela 7 – Projetos de apoio aos mini e pequenos produtores rurais, aos empreendedores individuais e às micro e pequenas empresas

(R\$ mil)

Portes	DF		GO		MS		MT		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
EI	11	89	8	817	24	490	7	151	50	1.547
Micro/Mini	146	9.952	1.100	87.160	477	45.174	421	48.040	2.144	190.325
Pequeno	893	135.168	3.053	380.980	2.692	251.544	2.777	359.052	9.415	1.126.745
Total	1.050	145.208	4.161	468.957	3.193	297.208	3.205	407.244	11.609	1.318.617

Posição: 30.06.2014

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

As contratações em projetos de apoio aos mini e pequenos produtores rurais, aos empreendedores individuais e às micro e pequenas empresas atingiram o montante de R\$ 1.318,6 milhões, sendo R\$ 455,2 milhões no setor empresarial (34,5%) e R\$ 863,4 no setor rural (65,5%). O total contratado para o grupamento representa 54,0% do valor total contratado no Centro-Oeste (R\$ 2.441,1 milhões) no 1º semestre de 2014. O destaque nesse item é para a UF de GO, que foi a responsável por 35,6% (R\$ 469,0 milhões) das contratações neste segmento.

Em quantidade de operações contratadas, os financiamentos a empreendedores individuais, micro e pequenas empresas e mini e pequenos produtores rurais registraram 11.609 operações, o que representa 88,8 % da quantidade de operações contratadas no 1º semestre de 2014 (13.074).

- b) projetos com alto grau de geração de emprego e renda e/ou da economia solidária que contribuam para a dinamização do mercado local e a redução das desigualdades intra e inter-regionais:**



De acordo com os dados informados pelos proponentes dos projetos financiados com recursos do FCO, estima-se em 255,4 mil o número total de empregos gerados e/ou mantidos na Região (97,0 mil diretos e 158,4 mil indiretos) no 1º semestre de 2014.

Se considerado o período de 1989, data de início dos financiamentos do FCO, até junho de 2014, estima-se que o número de empregos gerados e/ou mantidos no Centro-Oeste, em decorrência das aplicações com recursos do FCO, ultrapassa a 5.117,3 mil.

Apresentamos a seguir, exemplos de projetos que atendem à prioridade:

Valor da Operação: R\$ 702,7 mil;

Finalidade: expansão;

Município/Tipologia: Brasília (DF), com tipologia de alta renda;

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços;

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Geração estimada de 209 empregos diretos no prazo de 5 anos; aumento no consumo de insumos da própria região.

Valor da Operação: R\$ 22,5 mil;

Finalidade: ampliação;

Município/Tipologia: Ceilândia (DF), região administrativa do DF com tipologia de alta renda;

Programa Utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços;

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: empresa de prestação de serviços de educação e ensino (Ensino Superior), com a previsão de geração de empregos com a contratação de professores e funcionários para a nova unidade; melhoria na qualidade de vida e educação da população local que terão acesso ao Ensino Superior próximo às suas residências.

Valor da Operação: R\$ 19,7 mil;

Finalidade: expansão;

Município/Tipologia: Brasília (DF), com tipologia de alta renda;

Programa Utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços;

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: empresa de prestação de serviços de exames laboratoriais, com a previsão de geração de empregos com a implantação de nova unidade.

Valor da Operação: R\$ 11,5 mil;

Finalidade: expansão;

Município/Tipologia: Anápolis (GO), com tipologia de alta renda;

Programa Utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial;

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: o projeto tem capacidade de estimular diversos setores econômicos, tais como: indústria e comércio de produtos químicos e insumos voltados ao setor farmacêutico, indústria e comércio de embalagens em geral, indústria e comércio de bulas e rótulos, comércio varejista e atacadista de produtos farmacêuticos, rede hospitalar, segmento de transportes, serviços de manutenção de máquinas e equipamentos, instituições de pesquisa/ensino, prestadores de serviços diversos, dentre outros agentes econômicos. Previsão de geração de aproximadamente 113 novos empregos.



Valor da Operação: R\$ 15,0 mil;

Finalidade: expansão;

Município/Tipologia: Bela Vista de Goiás (GO), com tipologia de alta renda;

Programa Utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial;

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: o projeto tem a capacidade de estimular diversos setores econômicos, tais como: indústria e comércio de insumos voltados ao setor de laticínios, indústria e comércio de embalagens em geral, comércio varejista e atacadista de produtos lácteos, segmento de transportes, serviços de manutenção de máquinas e equipamentos, prestadores de serviços diversos, dentre outros agentes econômicos. Além de incentivar a produção de leite e desenvolvimento do agronegócio na região, com a geração de aproximadamente 90 novos empregos diretos e incremento de impostos.

Valor da Operação: R\$ 16,4 milhões;

Finalidade: ampliação e modernização;

Município/Tipologia: Rio Quente (GO), com tipologia de alta renda;

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional;

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: ampliação e modernização de complexo hoteleiro no município de Rio Quente, reforma do hotel pousada, reforma de centro administrativo, construção da estação rodoviária, construção central de triagem e compostagem, construção da via circular, gerando incremento na arrecadação de tributos; aumento no consumo de matéria-prima e emprego da própria região; e geração estimada de 1118 empregos diretos e 803 indiretos.

Valor da Operação: R\$ 7,1 milhões;

Finalidade: modernização, ampliação e composição das edificações necessárias ao confinamento de gado e a produção sustentável de alimentos;

Município/Tipologia: Santa Helena de Goiás (GO), com tipologia de alta renda;

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural;

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: projeto com grandes benefícios sociais e econômicos para a região já que associa aumento de produtividade, preservação do meio ambiente e produção sustentável de alimentos, empreendimento com baixo impacto ambiental já que conta com sistema de captação e tratamento de dejetos; projeto elevou a produção de peso vivo de animais de 1.698 toneladas para 5.760 toneladas e gerou 304 empregos diretos e 524 indiretos além de proporcionar incremento na arrecadação de tributos e aumento no consumo de matéria-prima da própria região.

Valor da Operação: R\$ 5,0 milhões;

Finalidade: ampliação e modernização de hotel;

Município/Tipologia: Ponta Porã (MS), com tipologia estagnada;

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional;

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: aumento na quantidade de quartos; incremento na arrecadação de tributos; e geração estimada de 30 empregos diretos.

Valor da Operação: R\$ 37,0 milhões;

Finalidade: construção de hotel;

Município/Tipologia: Chapada dos Guimarães (MT), com tipologia de alta renda;

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional;



Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: o hotel será o maior e mais moderno do estado de Mato Grosso, contribuindo significativamente para o incremento da cadeia do turismo na região, com previsão de gerar 2.513 empregos diretos e beneficiar diretamente o município de Chapada dos Guimarães.

Valor da Operação: R\$ 61,2 milhões;

Finalidade: construção de silos;

Município/Tipologia: Matupá (MT), com tipologia dinâmica, Santa Rita do Trivelato, Diamantino e Tapurah (MT), com tipologia de alta renda;

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial;

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: a construção dos silos atende a elevada demanda do Estado para esse tipo de serviço. Os silos estão em região onde a produção de grãos está em crescimento, com estimativa de criação de 1.180 empregos diretos e 2.126 indiretos.

Valor da Operação: R\$ 14,1 milhões;

Finalidade: construção de supermercado;

Município/Tipologia: Guarantã do Norte (MT), com tipologia dinâmica;

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços;

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: a construção do supermercado elevou padrão de qualidade no setor para a cidade de Guarantã, além de ter contribuído diretamente para a geração de aproximadamente 200 empregos diretos.

Valor da Operação: R\$ 7,2 milhões;

Finalidade: construção de indústria de processamento de óleo vegetal;

Município/Tipologia: Campo Novo do Parecis (MT), com tipologia de alta renda;

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial;

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: a construção de uma indústria de produção de óleo vegetal bruto é importante para a região que é grande produtora de alimentos. A geração de empregos prevista é de 485 diretos e 874 indiretos. A indústria irá atrair para a região outras empresas que atuarão na prestação de serviços.

c) projetos voltados para a preservação e recuperação do meio ambiente, em especial, para reflorestamento/recomposição de matas ciliares e recuperação de áreas degradadas:

A Linha de Financiamento para a Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC) tem como objetivo incentivar os projetos voltados à conservação e à proteção do meio ambiente, à recuperação de áreas degradadas ou alteradas e ao desenvolvimento de atividades sustentáveis. Na modalidade Conservação da Natureza foram contratadas 76 operações, no montante de R\$ 111,0 milhões, e na modalidade Integração Lavoura-Pecuária-Floresta foram contratadas 10 operações, no valor de R\$ 7,9 milhões.



Tabela 8 – Projetos voltados à preservação e recuperação do meio ambiente
(R\$ mil)

UF	Conservação da Natureza		ILPF		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
DF	9	2.564	2	817	11	3.382
GO	12	18.978	-	-	12	18.978
MS	32	51.808	4	2.966	36	54.774
MT	23	37.605	4	4.094	27	41.699
Total	76	110.956	10	7.877	86	118.834

Posição: 30.06.2014

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Destaque para o Estado do MS, que foi responsável por 46,1% do volume contratado (R\$ 118,8 milhões).

Cabe ressaltar que o Banco tem fortalecido as parcerias com entidades ligadas ao agronegócio, como empresas de assistência técnica, órgãos de pesquisa e entidades de classe, visando sensibilizar os produtores rurais quanto aos aspectos relevantes da implantação de empreendimentos sustentáveis.

d) projetos que utilizam tecnologias inovadoras e/ou contribuam para a geração e difusão de novas tecnologias nos setores empresarial e agropecuário, inclusive projetos agropecuários de produção integrada:

Um dos grandes desafios para qualquer atividade no segmento rural ou empresarial é manter-se competitiva num mercado de grande concorrência. É necessário otimizar a capacidade operacional, racionalizar os custos e ganhar escala de produção. Dentre as alternativas para o desenvolvimento de tais vantagens competitivas e sustentação de desempenho superior encontra-se o uso de tecnologias inovadoras.

Destacamos, a seguir, exemplos de investimentos financiados que atendem à essa prioridade:

Valor da Operação: R\$ 11,4 milhões;

Finalidade: ampliação e modernização;

Município/Tipologia: Anápolis (GO), com tipologia de alta renda;

Programa Utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial;

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: o investimento proporcionará modernização e ampliação da fábrica, que utiliza modernos recursos tecnológicos e científicos existentes no mercado mundial de nutrição e de medicamentos sólidos. Dessa forma, contribuirá com o acréscimo da renda regional, favorecendo o crescimento socioeconômico da região e fortalecimento do polo farmacoquímico de Anápolis, considerado a segunda maior produtora de medicamentos genéricos do país, por concentrar laboratórios com tecnologia de ponta, com a previsão de geração de 767 empregos diretos e 1383 indiretos.



Valor da Operação: R\$ 5,0 milhões;

Finalidade: recuperação de pastagem;

Município/Tipologia: Itajá (GO), com tipologia de alta renda;

Programa Utilizado: Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC);

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: o investimento prevê a recuperação de 2.692 ha de pastagem degradada, aumento na capacidade de apascentamento do rebanho e redução de emissão de gases de efeito estufa. O empreendimento proporcionará aumento sustentável na produção de alimentos, na arrecadação de tributos e na geração de 213 empregos diretos e 367 indiretos.

Valor da Operação: R\$ 10,8 milhões;

Finalidade: instalação de estrutura de armazenagem de grãos;

Município/Tipologia: Jataí (GO), com tipologia de alta renda;

Programa Utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços;

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: possibilitará armazenamento de grãos que hoje se encontra aquém do necessário na região. Com isso haverá melhoria na qualidade da produção, através de secagem e armazenamento adequado; redução de custos de frete devido à localização estratégica; agilidade no processo de colheita; elevação de capacidade estática; equilíbrio da oferta e demanda de produtos agrícolas, com reflexos positivos na estabilização de preços pagos ao produtor; estimativa de geração de 20 empregos diretos imediatos; incremento de faturamento; e incremento na arrecadação de tributos anuais.

e) **projetos do setor de turismo, especialmente para implantação, expansão e modernização de empreendimentos turísticos nas cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e áreas de influência:**

O BB participa ativamente dos Fóruns Estaduais de Turismo realizados no Centro-Oeste e mantém presença constante nos eventos desse segmento, divulgando as Linhas de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MPE e MGE, visando incrementar o volume de negócios no segmento.

No 1º semestre de 2014 foram contratados R\$ 144,2 milhões no âmbito dessas linhas de financiamento, por meio de 221 operações. Dessas, 8 operações foram contratadas em apoio à Copa do Mundo de 2014, num total de R\$ 90,5 milhões.

Destaque para o estado de GO, que apresentou o maior número de operações no segmento, com 68 operações (30,8%), e o maior volume de recursos contratados, R\$ 57,7 milhões (40,0%).

Tabela 9 – Projetos do setor de turismo

Contratações	DF	GO	MS	MT	Total
Quantidade	56	68	64	33	221
Valor	19.249	57.749	14.026	53.188	144.212

Posição: 30.06.2014

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB



- f) projetos que contribuam para a redução das desigualdades regionais, nos seguintes espaços, considerados prioritários segundo a PNDR:
- municípios da Faixa de Fronteira;
 - municípios da Mesorregião de Águas Emendadas;
 - municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE), exceto os municípios localizados no Estado de Minas Gerais, que não são beneficiários do FCO; e
 - municípios das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR como de renda estagnada e dinâmica.

A Tabela a seguir apresenta as quantidades e os volumes contratados em atendimento a essas prioridades no 1º semestre de 2014:

Tabela 10 – Projetos que contribuem para a redução das desigualdades regionais

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade (R\$ milhões)				
Espaços Prioritários	Qtde	Valor	Previsto para o exercício 2014	% de atingimento no exercício
Municípios da Faixa de Fronteira	2.479	R\$ 397,1	R\$ 967,4	41,1
Municípios da Mesorregião de Águas Emendadas	1.604	R\$ 228,1	R\$ 377,0	60,5
Municípios das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica	8.018	R\$ 1.253,1	R\$ 2.783,1	45,0
Municípios Goianos da RIDE	460	R\$ 93,2	R\$ 114,1	81,7

Posição: 30.06.2014

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Contratações nos Municípios da Faixa de Fronteira

A região da Faixa de Fronteira caracteriza-se geograficamente por ser uma faixa de 150 km de largura ao longo de 15.719 km da fronteira brasileira, na qual abrange 11 unidades da Federação e 588 municípios divididos em sub-regiões e reúne aproximadamente 10 milhões de habitantes. A Faixa de Fronteira do Centro-Oeste é composta por 72 municípios dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

As aplicações nos municípios da Faixa de Fronteira (44 no MS e 28 no MT) totalizaram R\$ 397,1 milhões no 1º semestre de 2014, o que representa 41,1% do montante previsto na Programação do Fundo para o exercício de 2014 (R\$ 967,4 milhões).

Contratações nos Municípios da Mesorregião de Águas Emendadas

A Mesorregião de Águas Emendadas tem como característica física marcante o fato de situar-se numa região de junção de três grandes bacias hidrográficas (Bacia do Tocantins, Bacia do Prata e Bacia do São Francisco) e de possuir uma rica beleza cênica proporcionada pela existência de



parques naturais e sítios históricos e culturais. Essa região abrange 77 municípios do Estado de Goiás.

No 1º semestre de 2014, foram contratados R\$ 228,1 milhões nos municípios integrantes da Mesorregião de Águas Emendadas, o que representa 60,5% do montante previsto na Programação do Fundo para o exercício de 2014 (R\$ 377,0 milhões).

Contratações na Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Municípios Goianos da Ride

A Ride/DF é uma região integrada de desenvolvimento econômico, criada pela Lei Complementar n.º 94, de 19.02.1998, e regulamentada pelo Decreto n.º 7.469, de 04.05.2011, para efeitos de articulação da ação administrativa da União, nos estados de Goiás, Minas Gerais e do Distrito Federal.

O demonstrativo a seguir apresenta as contratações realizadas no DF e nos municípios do Estado de GO da Ride:

Tabela 11 – Contratações na Ride

UF	Municípios Existentes	Municípios com Operações	Valor Aplicado (R\$ mil)
DF	1	1	205.477
GO	19	19	93.245
Total	20	20	298.722

Posição: 30.06.2014

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

No 1º semestre de 2014, foram contratados R\$ 93,2 milhões nos municípios goianos integrantes da Ride, o que representa 81,7% do montante previsto na Programação do Fundo para o exercício de 2014 (R\$ 114,1 milhões).

Contratações nos Municípios integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR

A definição da tipologia do município de localização do empreendimento segue as definições do MI e tem a sua metodologia prevista no Anexo II do Decreto n.º 6.047, de 22.02.2007, que leva em consideração duas variáveis:

- Rendimento Médio Mensal por Habitante, englobando todas as fontes declaradas no censo demográfico de 2000 (salários, benefícios, pensões, etc); e
- Taxa Geométrica de Variação dos Produtos Internos Brutos Municipais por habitante.

A tipologia está inserida na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e tem o propósito de estabelecer uma Tabela referencial das desigualdades regionais.

A classificação da tipologia está definida conforme a seguir:



Alta Renda	Municípios cujo rendimento médio por habitante seja de no mínimo 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000) e a variação no PIB foi igual ou maior a 3,87% entre 1990 e 1998;
Dinâmica	Inclui baixa e média renda dinâmicas: Média: Municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% e 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000) e a variação do PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998; e; Baixa: Municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 16% e 33% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000) e a variação do PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998;
Estagnada	Inclui apenas a média renda estagnada: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% e 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000) e a variação do PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998; e
Baixa Renda	Municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 16% e 33% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000) e a variação do PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998.

Essa classificação é considerada na definição de prioridades para a aplicação de políticas de desenvolvimento e no estabelecimento de limites financeiros.

O demonstrativo a seguir apresenta as contratações realizadas no 1º semestre de 2014 por Tipologia e UF, conforme previsto na Programação Anual do FCO:

Tabela 12 – Contratações por Tipologia da PNDR e UF

Tipologia	DF				GO				MS				MT				Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	(R\$ mil)	
Alta Renda	812	205.477	2.396	545.149	956	106.700	892	330.747	5.056	1.188.072								
Dinâmica	-	-	876	120.035	822	73.513	1625	312.409	3.323	505.956								
Estagnada	460	93.245	1.450	159.572	1.749	336.686	1.036	157.616	4.695	747.118								
Total	1.272	298.722	4.722	824.755	3.527	516.899	3.553	800.772	13.074	2.441.147								

Posição: 30.06.2014

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Na Região Centro-Oeste não existe município classificado como Baixa Renda. No 1º semestre de 2014, os municípios de Rendas Dinâmica e Estagnada, em conjunto, foram responsáveis por 61,3% (8.018) das operações contratadas e 51,3% (R\$ 1.253,1 milhões) dos recursos utilizados. Enquanto, os municípios de Alta Renda representaram 38,7% (5.056) do total contratado e 48,7% (R\$ 1.188,1 milhões) dos recursos utilizados.

Os municípios de Rendas Estagnada e Dinâmica atingiram 45,0% do montante previsto na Programação do Fundo para o exercício de 2014 (R\$ 2.783,1 milhões) para o espaço prioritário.



6.2. Contratações nos municípios do Nordeste Goiano

De acordo com a Nota 4 do Quadro “Recursos Previstos por UF e Setor” do Título II – Programação Orçamentária, da Programação do FCO para 2014, as instituições financeiras que atuam com recursos do FCO aplicarão nos municípios do Nordeste Goiano, no mínimo, 10% dos recursos previstos no exercício para o Estado de Goiás.

De acordo com o parágrafo único do art. 2º da Lei Complementar n.º 97, de 10.12.2012, que regulamenta o art. 144-A da Constituição do Estado de Goiás e dá outras providências, o Nordeste Goiano compreende os municípios de Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Buritinópolis, Campos Belos, Cavalcante, Colinas do Sul, Damianópolis, Divinópolis de Goiás, Flores de Goiás, Guarani de Goiás, Iaciara, Mambaí, Monte Alegre de Goiás, Nova Roma, Posse, São Domingos, São João D’Aliança, Simolândia, Sítio D’Abadia e Teresina de Goiás.

No 1º semestre de 2014, foram contratadas no Nordeste Goiano R\$ 30,9 milhões, o que representa 21,5% do mínimo previsto na Programação do FCO para 2014 (R\$ 143,9 milhões).

Tabela 13 – Contratações no Nordeste Goiano

	Qtde	Valor	Previsto	(R\$ mil) % recursos previstos
Nordeste Goiano	287	30.881	143.873	21,5

Posição: 30.06.2014

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

6.3. Contratações da linha de financiamento de desenvolvimento dos setores comercial e de serviços

Segundo a Nota 2 do Quadro “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária, da Programação do FCO para 2014, a assistência aos setores comercial e de serviços fica limitada a 30% dos recursos previstos para o exercício, obedecidos os seguintes critérios: para cada UF, 25% de sua própria previsão orçamentária e, adicionalmente, para o DF, 5% dos recursos previstos para a região.

No 1º semestre de 2014, as aplicações da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços totalizaram R\$ 593,1 milhões, correspondentes a 39,8% do limite anual da Linha (R\$ 1.488,3 milhões).

Tabela 14 - Contratações na Linha Comercial e de Serviços

	DF	GO	MS	MT	Região
Recursos previstos para o exercício (a)	942.615	1.438.728	1.141.060	1.438.728	4.961.132
Limite para com. e serv. no exercício (b)	483.710	359.682	285.265	359.682	1.488.340
Contratado no 1º semestre de 2014 (c)	169.201	167.512	100.833	155.506	593.052
% de Atingimento (c/b)	35,0	46,6	35,3	43,2	39,8

Posição: 30.06.2014

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB - Programação do FCO para 2014



De acordo com as observações da Nota 2 do Item “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2014, a assistência aos setores de serviços de saúde será no mínimo de 20% dos recursos previstos em cada UF para os setores comercial e de serviços.

A seguir estão demonstradas as aplicações da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços em assistência ao setor de serviços de saúde, realizadas no 1º semestre de 2014.

Tabela 15 - Contratações na Linha Comercial e de Serviços em assistência ao setor de serviço de saúde
(R\$ mil)

		DF	GO	MS	MT	Região
Limite para com. e serv. no exercício	(a)	483.710	359.682	285.265	359.682	1.488.340
Contratado no 1º semestre de 2014	(b)	32.020	16.574	4.024	7.392	60.011
% de Atingimento	(a/b)	6,6	4,6	1,4	2,1	4,0

Posição: 30.06.2014

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB/ Programação do FCO para 2014/Diretoria Soluções de Atacado

6.4. Financiamentos de custeio, aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoque para vendas

A seguir estão demonstrados os Limites/Tetos estabelecidos para a finalidade e as regras previstas na Programação do FCO para 2014:

Tabela 16- Limites/tetos para financiamentos de Custeio, Aquisição de Insumos e/ou Matéria-Prima e Formação de Estoques para Vendas junto a Empreendedores Individuais, Mini/Micro e Pequenos e Pequeno-Médios Tomadores
(R\$ mil)

Limite/Teto a ser observado							
UF	Limite (*)	Teto(**)	Total	%	Rural	%	Empresarial %
DF	510.010	282.785	282.785	100%	56.557	20%	226.228 80%
GO	1.792.158	431.618	431.618	100%	215.809	50%	215.809 50%
MS	1.196.663	342.318	342.318	100%	171.159	50%	171.159 50%
MT	1.502.225	431.618	431.618	100%	215.809	50%	215.809 50%
Total	5.001.056	1.488.340	1.488.340		659.334		829.005

Posição 30.06.2014

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Programação do FCO para 2014:

(*) Corresponde a três vezes o montante de financiamentos de investimentos contratados com empreendedores individuais e mini, micro e pequenos e pequeno-médios tomadores, em cada UF (Nota 3 do Item “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária, da Programação do FCO para 2014). Para o primeiro trimestre do ano, observa-se como limite de contratação o valor calculado com base na média mensal das contratações de investimento observadas no período de junho a novembro do ano anterior, multiplicada por três. (Inciso I da Nota 3 do Item “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária, da Programação do FCO para 2014).

(**) Corresponde a 30% do montante de recursos previstos para o exercício, em cada UF (Nota 3 do Item “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária, da Programação do FCO para 2014).

No 1º semestre de 2014, para mini/micro e pequenos e pequeno-médios tomadores, foram contratados R\$ 17,5 milhões (348 operações) no setor rural, correspondentes a 2,7% do



Limite/Teto, e R\$ 9,3 milhões (14 operações) no setor empresarial, correspondentes a 1,1% do Limite/Teto.

Tabela 17- Financiamentos para Custeio, Aquisição de Insumos e/ou Matéria-Prima e Formação de Estoque para Vendas junto a Empreendedores Individuais, Mini/Micro e Pequenos e Pequeno-Médios Tomadores (R\$ mil)

UF	Limite/Teto	Rural		Limite/Teto	Empresarial	
		Contratações até Junho/2014	% de Ating.		Contratações até Junho/2014	% de Ating.
DF	56.557	14.980	26,5%	226.228	200	0,1%
GO	215.809	1.249	0,6%	215.809	364	0,2%
MS	171.159	954	0,6%	171.159	2.966	1,7%
MT	215.809	365	0,2%	215.809	5.785	2,7%
Total	659.334	17.548	2,7%	829.005	9.315	1,1%

Posição 30.06.2014

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Com relação ao desempenho nas Linhas de Financiamento para custeio, aquisição de insumos e ou matéria-prima e formação de estoque para vendas junto a empreendedores individuais, mini/micro e pequenos e pequeno-médios tomadores, podemos destacar situações atípicas ocorridas no 1º semestre de 2014 que ocasionaram a baixa aplicação dos recursos.

No que se refere ao financiamento do setor empresarial, a publicação da Resolução CMN nº 4.297 de 30.12.2013, que definiu os encargos financeiros aplicáveis às operações de FCO para o exercício de 2014, não contemplou as operações de capital de giro associado ao investimento como item financiável.

Diante disso, foi publicada a Resolução CMN nº 4.304, de 20.01.2014, incluindo o referido item como financiável, porém remanesceram dúvidas no que diz respeito à definição dos encargos financeiros para as operações de aquisição de bens de capital, demais investimentos e capital de giro associado, numa mesma operação.

Com a publicação da Resolução CMN nº 4.324, de 25.04.2014, foi incluída a definição dos encargos financeiros para esse segmento, estabelecendo, entretanto, a necessidade de ajustes nos sistemas do BB para dar início às contratações, o que pode ser finalizado somente em junho.

Para o próximo semestre, com as linhas operando em normalidade e dada a grande demanda para este segmento, resultará no incremento das contratações para o setor empresarial, observadas as definições da Programação para o exercício de 2014.

Em relação aos financiamentos do setor rural, nas UFs de GO, MS e MT, por conta dos recursos não serem suficientes para atendimento das demandas, houve direcionamento para as finalidades de investimento, em sintonia com os CDEs dos respectivos estados.



6.5. Contratações por programa, porte e UF

Os financiamentos com recursos do Fundo são segmentados por setores produtivos (empresarial e rural), sendo os recursos aplicados nos programas e linhas de financiamentos, conforme a Programação 2014, a seguir:

Tabela 18 – Contratações por Programa, Porte e UF

(R\$ mil)

PROGRAMAS	DF		GO		MS		MT		TOTAL	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
EMPRESARIAL MPE E EI	821	130.947	1.157	217.714	820	122.657	679	139.991	3.477	611.308
Industrial	88	18.355	209	41.005	102	14.199	102	24.059	501	97.617
Infraestrutura	9	1.507	27	10.035	5	5.849	5	1.377	46	18.768
Turismo	55	11.249	61	28.767	64	14.026	31	15.963	211	70.004
Comércio e Serviços	669	99.836	860	137.907	649	88.583	541	98.592	2.719	424.918
Ciência, Tecnologia e Inovação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EMPRESARIAL MGE	38	83.541	76	157.149	26	11.493	48	173.812	188	425.996
Industrial	7	13.063	33	55.377	5	714	18	86.753	63	155.906
Infraestrutura	-	-	2	44.037	2	357	-	-	4	44.394
Turismo	1	8.000	4	28.310	-	-	2	37.226	7	73.535
Comércio e Serviços	30	62.479	37	29.425	19	10.422	28	49.834	114	152.160
Ciência, Tecnologia e Inovação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RURAL	286	61.921	1.974	371.405	1.249	330.826	886	342.127	4.395	1.106.279
Desenvolvimento Rural	274	58.389	1.956	341.174	1.199	245.372	850	279.574	4.279	924.509
Agropecuária Irrigada	-	-	1	20	-	-	1	1.691	2	1.711
Convir	-	-	4	11.162	4	27.600	3	18.059	11	56.821
ABC -Conservação da Natureza	9	2.564	12	18.978	32	51.808	21	36.862	74	110.213
ABC - ILPF	2	817	-	-	4	2.966	4	4.094	10	7.877
Retenção de matrizes	-	-	-	-	7	2.329	7	1.848	14	4.176
Desenvolvimento da aquicultura	1	150	1	71	1	450	-	-	3	670
Desenvolvimento da Pesca	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adeq. sist.prod.pecuário fronteira	-	-	-	-	2	301	-	-	2	301
PRONAF	65	2.367	1.461	66.274	1.386	33.952	1.730	111.226	4.642	213.820
Pronaf-RA	22	440	123	1.453	812	13.146	168	2.978	1.125	18.017
Pronaf	43	1.927	1338	64.821	574	20.806	1562	108.248	3.517	195.802
REPASSE	62	19.946	54	12.213	46	17.971	210	33.615	372	83.745
Empresarial	33	6.886	12	3.770	19	3.021	58	7.338	122	21.016
Industrial	-	-	6	2.487	4	1.194	3	258	13	3.938
Infraestrutura	-	-	1	431	-	-	-	-	1	431
Turismo	-	-	3	672	-	-	-	-	3	672
Comércio e Serviços	33	6.886	2	180	15	1.828	55	7.080	105	15.975
Ciência, Tecnologia e Inovação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rural	29	13.060	42	8.443	27	14.949	152	26.277	250	62.730
Desenvolvimento Rural	29	13.060	41	7.893	27	14.949	149	25.435	246	61.337
Agropecuária Irrigada	-	-	1	550	-	-	-	-	1	550
Convir	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ABC -Conservação da Natureza	-	-	-	-	-	-	2	744	2	744
ABC – ILPF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Retenção de matrizes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento da aquicultura	-	-	-	-	-	-	1	99	1	99
Desenvolvimento da Pesca	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adeq. sist.prod.pecuário fronteira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Geral	1.272	298.722	4.722	824.755	3.527	516.899	3.553	800.772	13.074	2.441.147

Posição: 30.06.2014

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB



Não houve contratações nas Linhas de Ciência, Tecnologia e Inovação e na Linha de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca no 1º semestre de 2014.

No 1º semestre de 2014, não houve operações contratadas em apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

6.6. Contratações por programa e UF

No 1º semestre de 2014 foram contratadas 13.074 operações, totalizando R\$ 2.441,1 milhões. Os financiamentos do Programa de FCO Empresarial somaram R\$ 1.058,3 milhões, representando 43,4% do montante contratado, enquanto as contratações do Programa de FCO Rural atingiram R\$ 1.382,8 milhões, equivalentes a 56,6% do total aplicado no período.

Tabela 19 – Contratações por Programa e UF

Programas	DF		GO		MS		MT		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Empresarial	892	221.374	1.245	378.633	865	137.171	785	321.141	3.787	1.058.319
Industrial	95	31.418	248	98.869	111	16.106	123	111.069	577	257.462
Infraestrutura	9	1.507	30	54.502	7	6.206	5	1.377	51	63.593
Turismo	56	19.249	68	57.749	64	14.026	33	53.188	221	144.212
Comércio e Serviços	732	169.201	899	167.512	683	100.833	624	155.506	2.938	593.052
Rural	380	77.347	3.477	446.123	2.662	379.727	2.768	479.631	9.287	1.382.828
Pronaf Demais	43	1927	1.338	64.821	574	20.806	1.562	108.248	3.517	195.802
Pronaf-RA	22	440	123	1.453	812	13.146	168	2.978	1.125	18.017
Demais Rurais	315	74980	2016	379.848	1276	345.775	1038	368.404	4.645	1.169.008
Total Geral	1.272	298.722	4.722	824.755	3.527	516.899	3.553	800.772	13.074	2.441.147

Posição: 30.06.2014

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

O Estado de GO manteve o maior volume de operações contratadas no período, respondendo por 36,1% da quantidade e 33,8% do volume contratado no 1º semestre de 2014.

Dos recursos contratados no DF, R\$ 93,2 milhões foram dirigidos aos municípios goianos participantes da RIDE, representando 31,2% do total de R\$ 298,7 milhões.

Os recursos do Fundo destinados as demais linhas de FCO rural, exceto Pronaf e Pronaf RA, são as que representam o maior volume de operações contratadas no período, 35,5% (4.645 operações) do total de operações contratadas e 47,9% (R\$ 1.169,0 milhões) do valor total contratado.

6.7. Contratações por porte, programa e UF

As contratações no 1º semestre de 2014, em valores nominais, por porte de beneficiário e Programa de Financiamento, estão representadas na Tabela a seguir:



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Tabela 20 – Contratações por Porte e Linha de Financiamento

(R\$ mil)

Linhas de Financiamento	Grande	Médio	Pequeno-médio	Pequeno	Mini/Micro	EI	Total
Industrial							
Quantidade	15	48	122	363	25	4	577
Valor	117.093	38.813	38.373	61.231	1.842	109	257.462
Infraestrutura							
Quantidade	2	2	6	41	-	-	51
Valor	44.037	357	2.043	17.156	-	-	63.593
Turismo							
Quantidade	1	6	33	170	11	-	221
Valor	16.492	57.044	29.755	39.624	1.298	-	144.212
Comércio e Serviços							
Quantidade	20	94	389	2.164	225	46	2.938
Valor	93.973	58.187	106.984	320.433	12.039	1.438	593.052
Pronaf Demais							
Quantidade	-	-	-	3.507	10	-	3.517
Valor	-	-	-	195.399	403	-	195.802
Pronaf-RA							
Quantidade	-	-	-	1.125	-	-	1.125
Valor	-	-	-	18.017	-	-	18.017
Demais Rurais							
Quantidade	22	169	536	2.045	1.873	-	4.645
Valor	71.939	174.556	272.884	474.885	174.743	-	1.097.141
Total Geral	60	319	1.086	9.415	2.144	50	13.074
	343.534	328.956	450.039	1.126.745	190.325	1.547	2.441.147

Posição: 30.06.2014

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Os tomadores de menor porte (pequeno-médio, pequeno, micro/mini, empreendedores individuais) contrataram R\$ 1.768,7 milhões (72,5%), bem acima do previsto na Programação do FCO para este segmento (51%), sendo R\$ 632,3 milhões (35,8%) no setor empresarial e R\$ 1.136,3 milhões (64,2%) no setor rural.

Enquanto que, os tomadores de maior porte (grande e médio) contrataram R\$ 672,5 milhões (27,5%), sendo R\$ 426,0 milhões (63,3%) no setor empresarial e R\$ 246,5 milhões (36,7%) no setor rural.

Tabela 21 – Contratações por Porte e UF

(R\$ mil)

PORTE	DF	GO	MS	MT	TOTAL	(%)
Grande	59.029	127.032	35.665	121.809	343.534	14,1
Médio	34.763	86.531	63.421	144.241	328.956	13,5
Subtotal	93.792	213.563	99.086	266.050	672.491	27,5
Pequeno-médio	59.722	142.235	120.605	127.478	450.039	18,4
Pequeno	135.168	380.980	251.544	359.052	1.126.745	46,2
Mini/Micro	9.952	87.160	45.174	48.040	190.325	7,8
EI	89	817	490	151	1.547	0,1
Subtotal	204.930	611.192	417.813	534.722	1.768.656	72,5
Total Geral	298.722	824.755	516.899	800.772	2.441.147	100,0

Posição: 30.06.2014

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB



6.8. Contratações com beneficiários que obtiveram financiamento pela 1^a vez

No 1º semestre de 2014, foram realizadas 4.787 operações com novos beneficiários, atingindo o montante de R\$ 853,3 milhões, que representam 36,6% do total das contratações e 35,0% dos recursos aplicados no Centro-Oeste.

Tabela 22 – Contratações com novos beneficiários

(R\$ mil)

Porte	DF		GO		MS		MT		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Grande	3	24.153	11	49.708	7	19.132	7	20.969	28	113.962
Médio	31	22.376	67	52.309	49	27.522	39	54.146	186	156.353
Pequeno-Médio	36	16.011	91	38.651	27	27.222	36	30.506	190	112.389
Pequeno	407	68.022	1.036	133.109	1.181	88.926	1.019	119.904	3.643	409.960
Mini/Micro	84	4.489	334	27.947	158	11.830	127	15.068	703	59.334
EI	8	60	6	805	19	415	4	43	37	1.324
Total	569	135.112	1.545	302.529	1.441	175.046	1.232	240.635	4.787	853.322

Posição: 30.06.2014

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Os maiores números de contratos realizados com novos beneficiários foram observados em GO (1.545) e no MS (1.441). Quanto ao volume de recursos aplicados, GO aplicou R\$ 302,5 milhões (35,5%) e o MT aplicou R\$ 240,6 milhões (28,2%).

6.9. Repasse de recursos para outras instituições

O artigo 9º da Lei 7.827/89, com redação dada pela Lei 10.177/2001, prevê que, *“observadas as diretrizes estabelecidas pelo MI, os bancos administradores poderão repassar recursos dos Fundos Constitucionais a outras instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, com capacidade técnica comprovada e com estrutura operacional e administrativa aptas a realizar, em segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas, programas de financiamento especificamente criados com essa finalidade.”*

Atualmente o Banco do Brasil mantém contrato com as instituições Banco de Brasília S.A. (BRB), Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob), Banco Cooperativo Sicredi S.A. (Sicredi), Agência de Fomento de Goiás S.A (Goiás Fomento), Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e Agência de Fomento do Estado do Mato Grosso S.A. (MT Fomento).

As transferências de recursos iniciaram-se em novembro/2008 (BRB, Bancoob, Sicredi e Goiás Fomento), dezembro/2011 (BRDE) e maio/2012 (MT Fomento).

As contratações efetuadas por meio de repasse contemplam os segmentos de mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores e abrangem os programas FCO Empresarial e FCO Rural, observada a Programação Anual de Financiamento. As operações contratadas pelas instituições operadoras no 1º semestre de 2014 estão demonstradas a seguir:



Tabela 23 – Contratações com Instituições Operadoras do Repasse por Programa/Porte

(R\$ mil)

	Bancoob		BRB		BRDE		GO Fomento		MT Fomento		Sicredi		Total	
Programas	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Empresarial	1	663	32	6.461	2	450	10	3.008	14	924	63	9.509	122	21.016
Industrial	1	663	-	-	-	-	5	1.824	-	-	7	1.451	13	3.938
Infraestrutura	-	-	-	-	-	-	1	431	-	-	-	-	1	431
Turismo	-	-	-	-	-	-	3	672	-	-	-	-	3	672
Com. e Serviços	-	-	32	6.461	2	450	1	81	14	924	56	8.058	105	15.975
Rural	18	4.146	28	12.781	15	13.873	5	1.375	-	-	184	30.555	250	62.730
Demais Rurais	18	4.146	28	12.781	15	13.873	5	1.375	-	-	184	30.555	250	62.730
Total	19	4.809	60	19.242	17	14.323	15	4.383	14	924	247	40.064	372	83.745
Portes	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Pequeno-médio	-	-	13	6.540	-	-	-	-	-	-	13	2.483	26	9.023
Pequeno	10	3.659	47	12.702	15	13.873	11	3.589	-	-	139	27.989	222	61.812
Mini/Micro	9	1.149	-	-	2	450	4	794	14	924	93	9.459	122	12.777
EI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	133	2	133
Total	19	4.809	60	19.242	17	14.323	15	4.383	14	924	247	40.064	372	83.745

Posição: 30.06.2014

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

A estimativa de repasse de recursos a outras instituições (art. 9º da Lei nº 7.827/89) é de 7% dos recursos previstos para o exercício, respeitando o saldo disponível no limite de crédito deferido pelo BB, para cada instituição.

No 1º semestre de 2014, as Instituições Operadoras do Repasse aplicaram R\$ 83,7 milhões, o que equivale a 24,1% do montante previsto para aplicação no ano de 2014 (R\$ 347,3 milhões).

Em relação ao porte, as Instituições Operadoras do Repasse atuam com empreendedores individuais, mini/micro, pequenos e pequeno-médios tomadores, respeitados, no entanto, os seguintes critérios/percentuais: no mínimo, 58,9% (30,0%/51,0%) com mini, micro e pequenos tomadores e, no máximo, 41,2% (21,0%/51,0%) com pequeno-médios.

Dos R\$ 83,7 milhões aplicados pelas instituições operadoras do repasse, R\$ 74,7 milhões (89,2%) beneficiaram empreendedores individuais, mini/micro e pequenos tomadores e R\$ 9,0 milhões (10,8%) atenderam pequeno-médios tomadores.

A Tabela a seguir demonstra o resumo das contratações do Programa de FCO para Repasse, por espaços considerados prioritários pela PNDR:



Tabela 24 – Projetos que contribuem para a redução das desigualdades regionais

Área	Qtde	Valor	*Previsto	(R\$ mil) % Recursos Previstos
Municípios da Faixa de Fronteira	63	18,7	R\$ 967,4	1,9
Municípios da Mesorregião de Águas Emendadas	33	13,5	R\$ 377,0	3,6
Municípios das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica	183	46,3	R\$ 2.783,1	1,7
Municípios Goianos da Ride	26	12,1	R\$ 114,1	10,6

* Conforme previsto na Programação do FCO para 2014

Posição: 30.06.2014

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

O demonstrativo a seguir apresenta as contratações do Programa de FCO para Repasse nos municípios das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR, realizadas no 1º semestre de 2014.

Tabela 25 – Contratações com Instituições Operadoras do Repasse por Tipologia

Tipologia	DF		GO		MS		MT		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Alta Renda	36	7.888	44	9.249	11	2.262	98	18.028	189	37.427
Dinâmica	-	-	4	1.399	8	7.282	80	9.246	92	17.928
Estagnada	26	12.058	6	1.565	27	8.426	32	6.341	91	28.390
Total	62	19.946	54	12.213	46	17.971	210	33.615	372	83.745

Posição: 30.06.2014

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Pelos números apresentados, observa-se que os municípios classificados como de Alta Renda representaram 50,8% (189) das operações contratadas e 44,7% (R\$ 37,4 milhões) dos recursos utilizados. Já os municípios de Rendas Dinâmica e Estagnada, em conjunto, foram responsáveis por 49,2% (183) das operações contratadas no período e 55,3% (R\$ 46,3 milhões) dos recursos utilizados.

7. SITUAÇÃO DA DEMANDA

No 1º semestre de 2014, das 16.074 propostas acolhidas no BB, 13.074 foram contratadas e 3.000 não foram passíveis de atendimento pela instituição, resultando num percentual de atendimento de 81,3%.



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Tabela 26 – Propostas Contratadas e Não atendidas por UF

(R\$ mil)

Situação das Propostas	DF		GO		MS		MT		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Contratadas	1.272	298.722	4.722	824.755	3.527	516.899	3.553	800.772	13.074	2.441.147
Não Atendidas	358	130.952	1.262	581.538	467	168.383	913	719.389	3.000	1.600.261
Total	1.630	429.673	5.984	1.406.293	3.994	685.281	4.466	1.520.160	16.074	4.041.408

Posição: 30.06.2014

Fonte: Informações fornecidas pelas Diretorias de Agronegócios e Soluções Atacado do BB

A Tabela a seguir apresenta as propostas contratadas e não atendidas distribuídas por Programa e Porte:

Tabela 27 – Propostas Contratadas e Não atendidas por Programa e Porte

(R\$ mil)

Situação das Propostas	Contratadas		Não Atendidas		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Programa						
FCO Empresarial	3.787	1.058.319	1.430	1.112.146	5.217	2.170.465
Industrial	577	257.462	299	642.166	876	899.628
Infraestrutura	51	63.593	23	45.681	74	109.274
Turismo	221	144.212	124	123.719	345	267.931
Com. e Serviços	2.938	593.052	984	300.580	3.922	893.632
FCO Rural	9.287	1.382.828	1.570	488.115	10.857	1.870.943
Pronaf-RA/Pronaf Demais	4.642	213.820	332	18.195	4.974	232.014
Demais Rurais	4.645	1.169.008	1.238	469.920	5.883	1.638.928
Total Geral	13.074	2.441.147	3.000	1.600.261	16.074	4.041.408

Porte

FCO Empresarial	3.787	1.058.319	1.430	1.112.146	5.217	2.170.465
Grande	38	271.595	40	642.974	78	914.569
Médio	150	154.401	110	108.891	260	263.291
Pequeno-médio	550	177.155	269	129.359	819	306.514
Pequeno	2.738	438.443	875	214.384	3.613	652.827
Mini/Micro	261	15.178	120	16.353	381	31.531
EI	50	1.547	16	186	66	1.733
FCO Rural	9.287	1.382.828	1.570	488.115	10.857	1.870.943
Grande	22	71.939	6	5.236	28	77.175
Médio	169	174.556	53	55.945	222	230.501
Pequeno-médio	536	272.884	183	137.076	719	409.960
Pequeno	6.677	688.302	587	213.543	7.264	901.845
Mini/Micro	1.883	175.147	741	76.316	2.624	251.463
Total Geral	13.074	2.441.147	3.000	1.600.261	16.074	4.041.408

Posição: 30.06.2014

Fonte: Informações fornecidas pelas Diretorias de Agronegócios e Soluções Atacado do BB

No 1º semestre de 2014, as linhas de financiamentos do Pronaf foram responsáveis pelo maior percentual de atendimento em relação as propostas acolhidas, ou seja, das 4.974 propostas acolhidas, foram contratadas 4.642 operações (93,3%).



No que diz respeito ao porte, as pequenas empresas e os pequenos produtores rurais tiveram o maior percentual de atendimento em relação às propostas acolhidas, ou seja, foram contratadas 9.415 operações (86,6%) das 10.877 propostas acolhidas.

A Tabela a seguir apresenta a distribuição das 3.000 propostas não atendidas no 1º semestre de 2014, onde destaca-se que apenas 1 proposta foi indeferida ou cancelada:

Tabela 28 – Motivo de não atendimento de demandas por UF

Situação das Propostas	DF		GO		MS		MT		Total		(R\$ mil)
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	
Carta Consulta em Análise	115	63.756	203	193.344	81	37.627	150	79.077	549	373.803	
Projeto em Elaboração	64	17.461	213	88.817	94	45.677	186	69.274	557	221.230	
Propostas em Análise	27	10.853	165	69.757	71	35.950	136	67.084	399	183.643	
Pendente de Documentação	140	36.618	413	192.510	134	42.211	297	478.634	984	749.974	
Em Contratação	12	2.264	267	36.312	86	6.918	145	25.320	510	70.813	
Indeferidas/ Canceladas	-	-	1	798	-	-	-	-	-	1	798
Total de Propostas	358	130.952	1.262	581.538	466	168.383	914	719.389	3.000	1.600.261	

Posição: 30.06.2014

Fonte: Informações fornecidas pelas Diretorias de Agronegócios e Soluções Atacado do BB

Em termos de quantidade de propostas não atendidas, o setor empresarial apresentou 47,7% (1.430) e o setor rural 52,3% (1.570). Quanto ao volume de recursos não contratados no período, o setor empresarial representou 69,5% (R\$ 1.112,1 milhões) e o setor rural apresentou 30,5% (R\$ 488,1 milhões). As demais linhas de FCO rural, exceto Pronaf e Pronaf RA, foram responsáveis pela maior quantidade de propostas apresentadas e não atendidas, 1.238 (41,3%).

Tabela 29 – Motivo de não atendimento de demandas por Programa

Programas	Carta Consulta em Análise		Projeto em Elaboração		Propostas em Análise		Pendente Documentação		Em Contratação		Indeferidas/ Canceladas		Total de Propostas Apresentadas	
	Qtd	Vlr	Qtd	Vlr	Qtd	Vlr	Qtd	Vlr	Qtd	Vlr	Qtd	Vlr	Qtd	Vlr
Empresarial	407	295.563	262	93.521	200	95.929	522	620.817	38	5.518	1	798	1.430	1.112.146
Industrial	73	130.738	48	14.524	50	32.198	120	462.841	7	1.067	1	798	299	642.166
Infraestrutura	10	29.662	2	992	4	4.679	7	10.349	-	-	-	-	23	45.681
Turismo	34	16.122	29	21.673	16	15.302	42	70.467	3	156	-	-	124	123.719
Com. e Serviços	290	119.042	183	56.331	130	43.751	353	77.160	28	4.296	-	-	984	300.580
Rural	142	78.240	295	127.709	199	87.714	462	129.157	472	65.295	-	-	1.570	488.115
Pronaf RA Demais	10	1.032	16	1.850	31	3.364	89	6.227	186	5.722	-	-	332	18.195
Demais Rurais	132	77.208	279	125.859	168	84.350	373	122.930	286	59.573	-	-	1.238	469.920
Total	549	373.803	557	221.230	399	183.643	984	749.974	510	70.813	1	798	3.000	1.600.261

Posição: 30.06.2014

Fonte: Informações fornecidas pelas Diretorias de Agronegócios e Soluções Atacado do BB



8. SITUAÇÃO DA CARTEIRA DE FINANCIAMENTOS

8.1. Financiamentos por programa e UF

A Tabela a seguir apresenta o saldo da carteira de operações do FCO, em 30.06.2014, distribuída por Programa e Unidade Federativa.

Tabela 30 – Saldos por programa e UF

Programas	DF	GO	MS	MT	Total	(R\$ mil)
Empresarial	1.089.808	2.356.511	1.709.285	2.256.194	7.411.798	
Industrial	174.101	1.138.946	977.995	836.553	3.127.595	
Infraestrutura	115.477	377.665	68.963	610.858	1.172.963	
Turismo	150.332	196.212	105.607	156.464	608.615	
Comércio e Serviços	649.899	643.688	556.720	652.319	2.502.626	
Rural	551.791	4.425.031	3.042.722	4.250.414	12.269.956	
Pronaf-RA e Pronaf Demais	49.734	787.737	311.352	1.085.225	2.234.049	
Demais Rurais	502.056	3.637.293	2.731.370	3.165.188	10.035.908	
Total Geral	1.641.599	6.781.542	4.752.006	6.506.607	19.681.755	

Posição: 30.06.2014

Fonte: Caderno de Informações Gerenciais/Diretoria de Governo do Banco do Brasil

Os saldos das operações rurais, no montante R\$ 12.270,0 milhões, correspondem a 62,3% da carteira de financiamentos do FCO. A carteira do setor empresarial apresenta o montante de R\$ 7.411,8 milhões, equivalente a 37,7% do total dos financiamentos do Fundo. No Programa de FCO Empresarial, as operações na Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial destacam-se com saldo de R\$ 3.127,6 milhões, enquanto no Programa de FCO Rural, as operações com as demais linhas de FCO rural, exceto Pronaf e Pronaf RA, encerraram o 1º semestre de 2014 com R\$ 10.035,9 milhões.

8.2. Financiamentos por porte e UF

A distribuição da carteira de financiamentos do FCO, em relação ao porte dos beneficiários, está demonstrada na Tabela a seguir:

Tabela 31 – Saldos por porte e UF

Porte	DF	GO	MS	MT	Região	(R\$ mil)
Grande	340.240	1.834.956	1.720.680	2.085.723	5.981.599	
Médio	329.031	1.346.901	679.158	1.186.217	3.541.307	
Pequeno-médio	191.864	414.987	485.912	493.690	1.586.453	
Pequeno	670.382	2.350.044	1.443.387	2.150.143	6.613.956	
Mini/Micro	108.602	834.128	422.065	590.616	1.955.411	
EI	1.479	526	805	217	3.028	
Total	1.641.599	6.781.542	4.752.006	6.506.607	19.681.755	

Posição: 30.06.2014

Fonte: Caderno de Informações Gerenciais/Diretoria de Governo do Banco do Brasil

Em 30.06.2014, os negócios com os tomadores de grande e médio porte respondem por 48,4% dos saldos da carteira (R\$ 9.522,9 milhões) e os financiamentos com os tomadores de menor porte respondem por 51,6% (R\$ 10.158,8 milhões).



8.3. Financiamentos por risco de crédito

A Tabela a seguir apresenta resumo da classificação da carteira por modalidade de risco, em 30.06.2014, onde se observa que grande parte da carteira de financiamentos do FCO foi contratada com risco integral do BB:

Tabela 32 – Carteira por risco

Detentor do Risco	% do risco	Valor da Carteira	Participação (%)	(R\$ mil)
Banco do Brasil	100%	18.974.948	96,4	
Compartilhado	50%	14.431	0,1	
FCO	100%	606.756	3,1	
*FCO (Procera/ Papra)	100%	85.620	0,4	
Total		19.681.755	100,0	

Posição: 30.06.2014

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

*De acordo com o parágrafo 4º do artigo 8º da Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014, o risco das operações rurais do Procera, passam a ser do FCO.

8.4. Financiamentos por vencimento

A relação entre as parcelas em atraso dos financiamentos e o saldo da carteira, observada ao final do 1º semestre de 2014 foi de 1,0%, conforme a Tabela a seguir:

Tabela 33 – Saldos vincendos e vencidos (por parcelas)

Situação	DF	%	GO	%	MS	%	MT	%	Total	%
Vencido	1.620.675	98,7	6.741.752	99,4	4.716.416	99,3	6.413.101	98,6	19.491.944	99,0
Vencido	20.924	1,3	39.790	0,6	35.590	0,7	93.506	1,4	189.810	1,0
Total	1.641.599		6.781.542		4.752.006		6.506.607		19.681.755	

Posição: 30.06.2014

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Os saldos das parcelas em atraso atingiram R\$ 189,8 milhões ao final do período. O MT responde por 49,3% do total vencido (R\$ 93,5 milhões), resultando no maior índice de atraso (1,4%) entre as UFs da Região.

Tabela 34 – Inadimplência por Risco (por parcelas)

Risco de crédito	Vencido	Vencido	Total	(%) Atraso
Risco BB	18.902.075	72.873	18.974.948	0,4
Risco FCO	551.394	55.362	606.756	9,1
Risco Compartilhado	14.407	24	14.431	0,2
Risco FCO (Procera/Papra)	24.069	61.551	85.620	71,9
Total	19.491.944	189.810	19.681.755	1,0

Posição: 30.06.2014

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Nesse critério de apuração de atraso, a carteira de Risco FCO com o maior índice de inadimplência (9,1% Risco FCO e 71,9% Operações assumidas do Procera) representa apenas 3,5% do total dos



financiamentos do FCO, em sua maioria, composto por estoques de operações remanescentes que não apresentam novas contratações.

Considerando a prática adotada pelo mercado financeiro para o cálculo da inadimplência, estabelecendo como indicador o atraso das operações há mais de 90 dias (razão entre o crédito vencido há mais de 90 dias e a carteira de crédito total), o índice de inadimplência se eleva para 2,0%, conforme a Tabela a seguir.

Tabela 35 – Saldos vencidos (Inad 90)
(R\$ mil)

UF	Operações		
	Total	Inad 90	% Vencidas
DF	1.641.599	41.797	2,5
GO	6.781.542	74.137	1,1
MS	4.752.006	141.423	3,0
MT	6.506.607	144.445	2,2
Total	19.681.755	401.802	2,0

Posição: 30.06.2014

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

9. RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS

9.1. Reprogramação de dívidas no âmbito do FCO Empresarial

De acordo com a Programação do FCO para 2014, o BB poderá aplicar, caso a caso, a prerrogativa de reprogramação de dívida no âmbito do FCO Empresarial, com os mesmos encargos financeiros antes pactuados no instrumento de crédito, desde que se comprove a incapacidade de pagamento do mutuário em consequência de dificuldades de produção e/ou comercialização dos seus produtos e/ou serviços, decorrente de fatores alheios à sua gestão.

No 1º semestre de 2014, no âmbito do FCO Empresarial, foram reprogramadas 2 operações no estado de Goiás, num total de R\$ 8.634,1 milhões.

9.2. Prorrogação de dívidas no âmbito do FCO Rural

Nos termos do Manual de Crédito Rural – MCR, capítulo 2, sessão 6, o BB poderá aplicar a prerrogativa de prorrogação de dívida no âmbito do FCO Rural, com os mesmos encargos financeiros antes pactuados no instrumento de crédito, desde que se comprove incapacidade de pagamento do mutuário em consequência de dificuldade de comercialização dos produtos; de frustração de safras por fatores adversos; ou de eventuais ocorrências prejudiciais ao desenvolvimento das explorações.

Utilizando esta prerrogativa, no 1º semestre de 2014 foram prorrogadas 144 operações num total de R\$ 2.718,7 milhões.



Com base na Resolução CMN nº 4.028 de 18.11.2011, que autoriza a composição de dívidas e a renegociação de operações de crédito rural, no âmbito do Pronaf, foram renegociadas 8 operações num total de R\$ 87,6 mil.

10. CONCLUSÃO

O Banco do Brasil, como um dos administradores do Fundo Constitucional, renova sua disposição de buscar, continuamente, o aprimoramento dos procedimentos operacionais, de modo a fortalecer a posição do FCO como importante instrumento para alavancar os investimentos dos setores produtivos e, assim, contribuir para o crescimento e o desenvolvimento sócio-econômico da Região Centro-Oeste.

Brasília (DF), 29 de setembro de 2014

Diretoria de Governo

Janio Carlos Endo Macedo
Diretor